

**POLÍTICA
DE PREVENÇÃO À LAVAGEM
DE DINHEIRO E
FINANCIAMENTO AO
TERRORISMO**

FAROS MULTI FAMILY OFFICE

FOLHA DE CONTROLE

Título	Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
Número de Referência	002
Número da Versão	V.02
Status	Revisada
Aprovador	Diretor de Compliance
Data da Aprovação	Outubro/2020
Vigência	Prazo Indeterminado
Área Proprietária da Política	Compliance Faros
Legislação e Regras	Lei 9.613/98; Lei 12.846/13; Lei nº 13.260/16; Lei 13.810/19; Resolução CMN n.º 2.838/01; Resolução CMN n.º 4.373/14; Resolução CMN n.º 4.753/19; Resolução BCB n.º 44/20; Resolução CMN n.º 4.949/21; Resolução BCB nº 179/22; Resolução BCB n.º 277/22; Circular BCB n.º 3.689/13; Circular BCB n.º 3.978/20; Carta Circular BCB nº 4.001/20; Resolução CVM n.º 178/22; Resolução n.º 35/21; Resolução CVM nº 50/21; Resolução COAF n.º 40/21; e Recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); Resolução CVM nº 19/2021.
Escopo do Negócio	Faros Multi Family Office
Escopo da Geografia	Brasil
Palavras-chave para Procura Rápida	Lavagem, Financiamento ao Terrorismo
Classificação do documento	Público

HISTÓRICO DE VERSÕES

Versão	Atividade	Data	Autor	Departamento
01	Elaboração	Setembrbo 2018		
02	Revisão	Outubro 2020		

Aprovado por:			
Data: Set. 2020	Diretor de Compliance Ronaldo Arantes		

1.	OBJETIVO.....	4
2.	GOVERNANÇA.....	4
3.	ABORDAGEM BASEADA EM RISCO.....	5
4.	CRITÉRIOS DE ANÁLISE E MONITORAMENTO DAS CONTRAPARTES.....	8
5.	MONITORAMENTO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DE INDÍCIO DE OCORRÊNCIA DE CRIME.....	9
6.	REGISTRO DE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO DE ARQUIVOS.....	12
7.	COMUNICAÇÃO.....	12
8.	TREINAMENTO.....	14
9.	CONTROLES INTERNOS.....	14
10.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15

1. OBJETIVO

1.1. A presente Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (“Política”) tem por objetivo traçar normas e procedimentos visando o combate e prevenção à lavagem de dinheiro em operações envolvendo os clientes da Sociedade e contrapartes de operações objeto de análise e aconselhamento, em especial aquelas que possam vir a ocorrer fora do ambiente de bolsa.

1.2. Entende-se como cliente, para os fins desta Política, os investidores para os quais a Sociedade presta o serviço de consultoria de valores mobiliários, mediante o Contrato de Consultoria de Valores Mobiliários firmado entre as partes.

1.3. Ainda que as operações objeto de análise ou assessoramento não sejam concluídas ou levadas a mercado, ou ainda, que o conhecimento de tal fato não chegue à Sociedade, tal situação não eximirá a Sociedade de analisar as operações nos termos desta Política, efetuando comunicação ao COAF, sempre que se fizer necessário, nos termos disposto nesta Política.

1.4. Esta Política aplica-se a todos os Colaboradores da Sociedade, assim definidos no Código de Ética e Conduta.

2. GOVERNANÇA

2.1. As diretrizes estabelecidas neste documento devem ser observadas por todos os colaboradores, competindo ao:

(i) Diretor de Compliance e PLD: a responsabilidade pela orientação da conduta e verificação da observância do fiel cumprimento desta Política pelos colaboradores, inclusive no que diz respeito à elaboração e implementação do processo de abordagem baseada em risco, ao armazenamento dos materiais que documentam as análises e decisões havidas por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

(ii) Departamento de PLD: execução dos procedimentos definidos nesta Política, reportando ao Diretor de PLD qualquer indício de ocorrência de crime.

2.2. Os profissionais alocados na área de Compliance e PLD possuem total independência e autonomia para o desempenho das suas funções e tomada de decisão na sua esfera de atuação, sem qualquer subordinação às demais áreas da Sociedade, reportando-se diretamente à Diretoria.

3. ABORDAGEM BASEADA EM RISCO

3.1. Esta metodologia de abordagem baseada em risco visa garantir que as medidas de prevenção e mitigação sejam proporcionais aos riscos identificados pela Sociedade em função dos seus clientes e produtos sob consultoria. Critérios para Classificação de Riscos de Clientes.

3.2. Os clientes serão classificados como de ALTO RISCO caso apresentem qualquer das seguintes características:

- (i) Localização geográfica: pessoas/empresas domiciliadas/constituídas em países considerados de alto risco e/ou investidores não-residentes, especialmente quando constituídos sob a forma de truste e sociedades em títulos ao portador. No caso de fundo de investimentos, considerar-se-á para fins desta análise a sede do respectivo administrador e gestor. Para tanto, a Equipe de Compliance e PLD acompanha os comunicados aprovados pelo Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – GAFI/FATF, de modo a permitir a identificação de países e jurisdições que, na avaliação do organismo, possuem deficiências estratégicas na PLD e no combate ao financiamento do terrorismo e/ou apresentem altos riscos de crime de corrupção;
- (ii) Tipos de atividade/profissão desenvolvida pelo cliente: são consideradas de alto risco profissões relacionadas com tipos de negócios ou setores conhecidos pela suscetibilidade à lavagem de dinheiro, tais como: ONGs, igrejas ou assemelhados, bingos, transações imobiliárias, transações envolvendo animais de grande porte, loterias, importação, cliente/grupo sob investigação CPI/MP/Polícia/Bacen;
- (iii) Pessoas politicamente expostas (“PPE” ou “PEP”), bem como seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas das quais participem.

3.3. Clientes de MÉDIO RISCO são aqueles que apresentam qualquer tipo de relacionamento ou vínculo com clientes considerados de ALTO RISCO. E, por fim, clientes de BAIXO RISCO são todos os demais. Cadastro – Identificação de Beneficiários Finais

3.4. A Sociedade deve efetuar e manter um cadastro de todos os seus clientes e contrapartes que sejam identificáveis, atualizando-o, no máximo: (i) a cada 1 (um) ano, no caso de clientes/contrapartes de ALTO RISCO; (ii) a cada 3 (três) anos, no caso de clientes/contrapartes de MÉDIO RISCO; e (iii) a cada 5 (cinco) anos, no caso de clientes/contrapartes de BAIXO RISCO.

3.4.1. O cadastro poderá ser realizado por meio de formulário cadastral próprio ou compartilhado com outra instituição que mantenha relacionamento comercial direto com os clientes, tais como as corretoras.

3.5. A atualização cadastral poderá ser realizada via canais de atendimento alternativos, podendo ocorrer via telefone ou e-mail. Este processo deverá ser evidenciado por meio de fichas cadastrais assinadas pelos clientes, gravações telefônicas ou qualquer outro comprovante da confirmação de dados.

3.6. Compete ao Diretor de Compliance e PLD a verificação das informações fornecidas pelos clientes no Formulário Cadastral e pelo colaborador responsável pelo cliente no Formulário de Know Your Client, a fim de identificar eventuais indícios ou suspeitas de crime de lavagem de dinheiro e/ou financiamento ao terrorismo. Procedimento de Know Your Client – KYC.

3.7. O procedimento de KYC ou “Conheça o seu Cliente” consiste na definição de regras e procedimentos com o objetivo de identificar e conhecer a origem e constituição do patrimônio e dos recursos financeiros dos clientes. São procedimentos que, realizados de uma forma conjunta com o Cadastro e Questionário de Suitability, quando aplicável, funcionam como uma due diligence do cliente, colaborando para o entendimento dos seus objetivos e tornando o serviço prestado mais eficiente. Será realizada, sempre que possível, visitas presenciais aos clientes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, de modo a analisar o seu ramo de negócio, caso seja possível, e compatibilidade com seus recursos.

3.8. Este procedimento deve ser coordenado pelo profissional responsável pelo cliente no início do relacionamento e atualizado sempre que houver alteração relevante.

3.9. Neste sentido, o referido profissional deve obter as seguintes informações com o objetivo de comprovar a identificação e a idoneidade do cliente:

- identificação do cliente e do beneficiário final das operações a serem realizadas;
- relacionamento do cliente com outros países (ex. se possui outra cidadania, residência, domicílio fiscal ou fonte de renda em outro país);
- situação financeira e patrimonial do cliente, incluindo a origem do patrimônio, fontes de renda, país onde a renda é auferida;
- atividades profissionais do cliente e atividade exercida para a comprovação da renda/faturamento;
- procedimento adotado para a prospecção do cliente.

3.10. A validação do "Conheça seu Cliente" é feita pelo Compliance, que tem a responsabilidade de avaliar a qualidade das informações apresentadas e se elas atendem aos requisitos mínimos exigidos para sua elaboração.

3.11. Ademais, deve ser dispensada especial atenção às operações executadas com PEPs e organizações sem fins lucrativos, monitorando criteriosamente a relação de negócio com a Sociedade e seus objetivos. Para os fins desta Política, o conceito de PEP é adotado conforme Anexo 5-I da Instrução CVM nº 617. Listas Restritivas

3.12. Para fins do processo de identificação e conhecimento dos clientes e contrapartes das operações recomendadas que permitam estabelecer a sua identidade, conhecer a atividade exercida, averiguar a origem e destino dos recursos, caberá à Equipe de Compliance PLD realizar consultas em listas restritivas e sites de buscas para confirmação de dados e/ou identificação de informações desabonadoras, tais como:

- (i) Tribunal de Justiça Estadual do domicílio do cliente ou contrapartes das operações;
- (ii) Justiça Federal da Seção Judiciária do domicílio do cliente ou contrapartes das operações;
- (iii) Ferramenta de pesquisa Google (www.google.com.br);
- (iv) IEPTB-BR - Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (<https://site.cenprotnacional.org.br/>);
- (v) Ferramenta SERASA Experian e SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito);
- (vi) Pesquisa online a "Sanctions List Search" disponibilizada pela OFAC - Office of Foreign Assets Control.

3.13. Tais verificações serão aplicadas, ainda, no processo de seleção e contratação de prestadores de serviço relevantes para a atividade de consultoria de valores mobiliários e colaboradores. Caso haja qualquer indício dos crimes de que trata a Lei nº 9.613/98 caberá à Diretoria a avaliação dos riscos de manutenção da relação com o prestador de serviço/colaborador, solicitando esclarecimentos adicionais sempre que julgar conveniente.

3.14. A Sociedade exigirá de prestadores de serviço relevantes para a atividade de consultoria de valores mobiliários que possuam práticas adequadas de prevenção à lavagem de dinheiro e anticorrupção. Aceitação, Recusa e Veto de Potenciais Clientes

3.15. Caso haja qualquer suspeita ou desconforto com relação às informações analisadas para fins do processo de cadastro, Know Your Client ou PLD, a Diretoria deverá ser alertada, de modo que possa avaliar a pertinência da aceitação do cliente. Clientes classificados como de alto risco na forma desta Política serão automaticamente reportados à Diretoria.

3.16. A avaliação quanto à aceitação ou recusa do cliente será realizada pela Diretoria da Sociedade, cabendo ao Diretor de PLD o poder de veto. Em caso de recusa, o cliente deverá ser informado que as informações por ele prestadas não foram aprovadas pelos controles internos da instituição. Definição de Critérios para Classificação de Riscos de Produtos

3.17. A Sociedade é consultora de valões mobiliários com foco em ativos negociados em mercados organizados e cotas de fundos de investimento abertos.

3.18. O risco de envolvimento das operações recomendadas na lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo é, portanto, BAIXO.

3.19. Os produtos objeto de aconselhamento ou recomendação são distribuídos por instituições integrantes do sistema de distribuição, a quem compete a identificação do beneficiário final e adoção de procedimentos próprios de prevenção à lavagem de dinheiro.

4. CRITÉRIOS DE ANÁLISE E MONITORAMENTO DAS CONTRAPARTES

4.1. Sem prejuízo, a fim de complementar as informações obtidas através das fontes supramencionadas, compete ao departamento de Compliance e PLD adotar as seguintes medidas mitigadoras da utilização da Sociedade para fins de lavagem de dinheiro em relação às contrapartes das operações objeto de análise ou aconselhamento:

- (i) monitorar as visitas de diligência realizadas em instituições que figurem como contraparte de operações praticadas, sempre que possível a identificação destas contrapartes, a fim de assegurar a efetiva existência da contraparte, identificação do seu mercado de atuação, origem e destinação dos recursos, capacidade econômicofinanceira para a aquisição do ativo negociado, estrutura societária, bem como o compromisso da instituição com a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e à corrupção;
- (ii) monitorar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários objeto de análise e recomendação, evitando que operações venham a ser realizadas fora dos preços de mercado. No caso de ativos ilíquidos, a análise do preço ocorrerá através da

observância das métricas de avaliação econômica usualmente praticadas no mercado, tais como valor patrimonial e múltiplo do EBITDA;

- (iii) acompanhar os comunicados aprovados pelo GAFI/FATF, de modo a permitir a identificação de operações com a participação de contrapartes que sejam pessoas naturais residentes ou entidades constituídas em países e jurisdições que, na avaliação do organismo, possuem deficiências estratégicas na prevenção da lavagem de dinheiro e no combate ao financiamento do terrorismo.

5. MONITORAMENTO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DE INDÍCIO DE OCORRÊNCIA DE CRIME

5.1. A Sociedade atentar-se-á, de maneira efetiva, quando da proposição de cada uma das operações, se há indícios de crime, ou suspeitas de atividades ilícitas. As seguintes atipicidades podem configurar indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo:

(i) situações derivadas do processo de identificação do cliente, tais como:

- a) situações em que não seja possível manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes;
- b) situações em que não seja possível identificar o beneficiário final;
- c) situações em que as diligências previstas nesta Política não possam ser concluídas;
- d) no caso de clientes pessoa física cujos valores se afigurem incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira de qualquer das partes envolvidas, tomando-se por base as informações cadastrais respectivas; e
- e) no caso de clientes pessoa jurídica, fundos de investimento e demais hipóteses, incompatibilidade da atividade econômica, do objeto social ou do faturamento informados com o padrão operacional apresentado por clientes com o mesmo perfil;

(ii) situações relacionadas com operações cursadas no mercado de valores mobiliários, tais como:

- a) realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos envolvidos;
- b) que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer das partes envolvidas;
- c) cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos envolvidos e beneficiários respectivos;

d) cujas características e desdobramentos evidenciem atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros;

e) que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos envolvidos;

f) cujo grau de complexidade e risco se afigurem incompatíveis com:

1. o perfil do cliente ou de seu representante, nos termos da regulamentação específica que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente; e

2. com o porte e o objeto social do cliente;

g) realizadas com a aparente finalidade de gerar perda ou ganho para as quais falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal;

h) transferências privadas de recursos e de valores mobiliários sem motivação aparente, tais como:

1. entre contas-correntes de investidores perante o intermediário;

2. de titularidade de valores mobiliários sem movimentação financeira; e

3. de valores mobiliários fora do ambiente de mercado organizado;

i) depósitos ou transferências realizadas por terceiros, para a liquidação de operações de cliente, ou para prestação de garantia em operações nos mercados de liquidação futura;

j) pagamentos a terceiros, sob qualquer forma, por conta de liquidação de operações ou resgates de valores depositados em garantia, registrados em nome do cliente; e

k) operações realizadas fora de preço de mercado;

(iii) operações e situações relacionadas a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas, tais como aquelas que envolvam:

a) ativos alcançados por sanções impostas pelas resoluções do CSNU de que trata a Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019;

- b) ativos alcançados por requerimento de medida de indisponibilidade oriundo de autoridade central estrangeira de que se venha a ter conhecimento;
- c) a realização de negócios, qualquer que seja o valor, por pessoas que tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260, 16 de março de 2016;
- d) valores mobiliários pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por pessoas que tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260, de 2016; e
- e) movimentação passível de ser associada ao financiamento do terrorismo, conforme o disposto na Lei nº 13.260, de 2016; e

(iv) operações com a participação de pessoas naturais, pessoas jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas em países, jurisdições, dependências ou locais:

- a) que não aplicam ou aplicam insuficientemente as recomendações do GAFI, conforme listas emanadas por aquele organismo; e
- b) com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil.

(v) outras hipóteses que, a critério da Sociedade configurem indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo, cujas notificações deverão ser acompanhadas de breve descrição da possível irregularidade.

5.2. As operações ou situações mencionadas no item acima compreendem as seguintes:

- (i) aquelas objeto de negociação ou registro envolvendo valores mobiliários, independentemente de seu valor ou da classificação de risco do investidor; e
- (ii) eventos não usuais identificados no âmbito da condução das diligências e respectivo monitoramento que possam estar associados com operações e situações que envolvam alto risco de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

5.3. O monitoramento deve contemplar as operações e situações que aparentem estar relacionadas com outras operações e situações conexas ou que integrem um mesmo grupo de operações.

5.4. A comunicação das situações descritas nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso III do item 5.1., assim como na alínea “b” do inciso IV, depende do atendimento aos padrões mínimos estabelecidos nesta Política que ensejem a comunicação de que trata o Capítulo VI.

6. REGISTRO DE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO DE ARQUIVOS

6.1. Todos os documentos, informações e registros relevantes para fins dos processos descritos nesta Política são arquivados, em meio eletrônico ou meio físico, nos servidores da Sociedade, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, e devem permitir:

(i) a verificação da movimentação financeira de cada cliente, a avaliação interna de risco e as respectivas regras, procedimentos e controles internos definidos nesta Política, assim como as informações obtidas no processo de identificação dos clientes, considerando em especial:

- a) os valores pagos a título de liquidação de operações;
- b) os valores ou ativos depositados a título de garantia, em operações nos mercados de liquidação futura; e
- c) as transferências de valores mobiliários para a conta de custódia do cliente; e

(ii) as tempestivas análises e comunicações de que trata esta Política.

6.2. Os sistemas eletrônicos utilizados pela Sociedade devem:

(i) possibilitar o acesso imediato aos documentos e informações; e

(ii) cumprir integralmente as disposições normativas a respeito do cadastro de clientes.

7. COMUNICAÇÃO

7.1. O COAF deverá ser comunicado, abstendo-se a Sociedade de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela a qual se refira a informação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da conclusão da análise que caracterizou a atipicidade da operação, respectiva proposta ou mesmo da ocorrência da situação atípica detectada, acerca de todas as situações ou operações, ou propostas de operação, abarcadas pelos registros de que trata esta Política que possam constituir-se em sérios indícios de crimes de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

7.2. Não é condição para a comunicação de uma operação suspeita que a Sociedade tenha convicção de sua ilicitude, bastando que seja possível firmar uma consistente e fundamentada convicção de sua atipicidade. Este reporte deverá ser trabalhado individualmente e fundamentado com as seguintes informações:

- a) data de início de relacionamento com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação;
- b) explicação fundamentada dos sinais de alerta identificados;
- c) descrição e o detalhamento das características das operações realizadas;
- d) apresentação das informações obtidas por meio das diligências previstas nesta Política, que qualifiquem os envolvidos, inclusive informando tratar-se, ou não, de pessoas expostas politicamente, e que detalhem o comportamento da pessoa comunicada; e
- e) conclusão da análise, incluindo o relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como uma situação suspeita a ser comunicada ao COAF.

7.3. Os registros das conclusões de suas análises acerca de propostas de operações que fundamentaram a decisão de efetuar, ou não, a comunicação, devem ser mantidas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo.

7.4. Caso não tenha sido prestada nenhuma comunicação nos termos do item 7.1. acima, a Sociedade deverá comunicar ao COAF, anualmente, até o último dia útil do mês de abril, por meio de sistema eletrônico disponível na página do COAF na rede mundial de computadores, a não ocorrência no ano civil anterior de transações ou propostas de transações passíveis de serem comunicadas, por meio do envio da declaração negativa.

7.5. Em caso de recebimento de ordem judicial, a Sociedade deverá efetuar imediatamente o bloqueio dos bens identificados ou encaminhar a ordem recebida à instituição competente. Na mesma linha, a Sociedade deverá cumprir imediatamente as medidas definidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU ou as designações que determinem a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indireta, de clientes da Sociedade.

7.6. A CVM, o COAF e o Ministério da Justiça e Segurança Pública deverão ser comunicados sobre

a indisponibilidade decretada pelo CSNU, bem como sobre eventuais tentativas de transferência de ativos indisponíveis pelos seus titulares.

7.7. Caso deixe de dar cumprimento às medidas do CSNU, a Sociedade deverá comunicar a CVM e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, informando as razões para tanto.

8. TREINAMENTO

8.1. A Sociedade conta com um programa de treinamento dos colaboradores que tenham acesso a informações confidenciais e participem do processo de recomendação de investimento, na forma descrita em seu Código de Ética e Conduta.

8.2. Os procedimentos e rotinas definidos na presente Política serão abordados em treinamento anual, coordenado pelo Diretor de Compliance e PLD ou terceiro contratado para esta finalidade.

8.3. Poderão ser promovidos treinamentos em periodicidade menor, visando a atualização e ampliação do conhecimento dos colaboradores acerca de novidades normativas e regulatórias, bem como discutir casos concretos ocorridos dentro e fora da instituição.

9. CONTROLES INTERNOS

9.1. A Sociedade conta com um profissional responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos, cujas atribuições e rotinas, sem prejuízo das responsabilidades indicadas nesta Política, estão previstas no Manual de Compliance.

9.2. O Diretor de Compliance e PLD deve elaborar relatório relativo à avaliação interna de risco, até o último dia útil do mês de abril, contendo:

- (i) identificação e análise das situações de risco, considerando as respectivas ameaças, vulnerabilidades e consequências;
- (ii) análise da atuação de parceiros e prestadores de serviço;
- (iii) tabela relativa ao ano anterior contendo o número de operações ou situações atípicas identificadas, número de análises realizadas, número de comunicações de operações suspeitas reportadas ao COAF e a data do reporte da declaração negativa ao COAF, se for o caso;

- (iv) medidas adotadas para identificação e conhecimento de clientes e beneficiários finais;
- (v) apresentação de indicadores de efetividade da abordagem baseada em risco, incluindo a tempestividade da detecção, análise e comunicação de operações ou situações atípicas; (vi) recomendações, se for o caso, visando mitigar os riscos identificados no exercício anterior que ainda não tenham sido tratados, incluindo as possíveis alterações nesta Política, aprimoramento dos controles internos com definição de cronogramas de saneamento; (vii) indicação da efetividade das recomendações adotadas em relação ao relatório anterior, registrando de forma individualizada os resultados.

9.3. A Sociedade monitorará, direta e permanentemente, as determinações de indisponibilidade expedidas pelo CSNU, bem como eventuais informações a serem observadas para o seu adequado atendimento, inclusive o eventual levantamento total ou parcial de tais determinações em relação a pessoas, entidades ou ativos, visando ao cumprimento imediato do determinado, acompanhando para tanto, sem prejuízo da adoção de outras providências de monitoramento, as informações divulgadas na página do CSNU na rede mundial de computadores.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Esta Política prevalece sobre quaisquer entendimentos orais ou escritos anteriores, obrigando os Colaboradores da Sociedade aos seus termos e condições.

10.2. A não observância dos dispositivos desta Política resultará na aplicação de sanções previstas na Política de Enforcement adotada pela Sociedade.